



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Ata da Audiência pública sobre o EIA-RIMA do empreendimento “Aproveitamento Múltiplo de Santa Maria da Serra”, de responsabilidade do Departamento Hidroviário–DH da Secretaria de Logística e Transporte na cidade de São Pedro, no dia 11 de dezembro de 2013.**

Realizou-se, no dia 11 de dezembro de 2013, às 17 horas, na ETEC Gustavo Teixeira, Rua Manoel Estevan Dias, 351, Jardim Holiday, São Pedro/SP, a audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente–EIA/RIMA do empreendimento “Aproveitamento Múltiplo de Santa Maria da Serra”, de responsabilidade do DH – Departamento Hidroviário S/A (Processo n. 185/2012). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – na pessoa do Excelentíssimo Senhor Hélio Donizete Zanata, Prefeito do Município de São Pedro; Excelentíssimo Senhor Thiago Silvério da Silva, vice-Prefeito do Município de São Pedro; da Excelentíssima Senhora Clarissa Quiararia, Secretária da Cultura e Turismo do Município de São Pedro –, do Poder Legislativo - nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores José Mário de Barros; Du Sorocaba; Adriano Vitor; todos vereadores pelo Município de São Pedro, - do Poder Judiciário e do Ministério Público do Estado de São Paulo – na pessoa do Excelentíssimo Senhor Ivan Carneiro Castanheiro, Promotor de Justiça do GAEMA, Núcleo PCJ de Piracicaba, dos órgãos públicos, das entidades ambientalistas, das organizações da sociedade civil, dos COMDEMAS, da Polícia Militar Ambiental, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente–EIA/RIMA do empreendimento “Aproveitamento Múltiplo de Santa Maria da Serra”, de responsabilidade do DH – Desenvolvimento Hidroviário S/A da Secretaria de Logística e Transporte (Processo n. 185/2012). Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente–CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que dêem as opiniões, formulem indagações, apresentem suas contribuições, sugestões e críticas e tudo com que possa contribuir para melhoria dos estudos e do projeto e/ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre ele/ela. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis, mas que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em sequência, se manifestam os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal; a seguir, os representantes do CONSEMA e dos COMDEMAS que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falariam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim poderão manifestar-se acerca das críticas, elogios





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

e sugestões feitos pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham-se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, aquele que desejasse fazê-lo e ainda não houvesse se inscrito, o fizesse. Informou que a Mesa Diretora dos Trabalhos era presidida por ele, Secretário-Executivo, e composta ainda por até dois membros do CONSEMA que se encontrarem presentes, como também por um representante da área de licenciamento ou da área responsável pela proposta que está sendo discutida, no caso a geóloga Fernanda Amaral Dantas Sobral, gerente de Divisão de Avaliação de Obras Hidráulicas e Lineares da CETESB, a quem igualmente convidou a tomar assento à Mesa Diretora dos Trabalhos e, em seguida a oferecer informações sobre o processo de licenciamento do empreendimento em tela. A geóloga Fernanda Amaral Dantas Sobral, gerente de Divisão de Avaliação de Obras Hidráulicas e Lineares da CETESB, declarou que representava e essa agência ambiental nessa audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Aproveitamento Múltiplo de Santa Maria da Serra”, de responsabilidade do Departamento Hidroviário – DH, da Secretaria de Logística e de Transporte. Esclareceu que o objetivo da audiência é colher subsídios com vistas a contribuir com a análise técnica da equipe que está analisando o referido Estudo de Impacto Ambiental. Informou que, na presente etapa do licenciamento, em que o empreendimento é analisado do ponto de vista de sua viabilidade ambiental, são examinados minuciosamente e detalhadamente os estudos e eventuais complementações, enfim todos os documentos que integram o processo. Acrescentou que, além de serem colhidos os subsídios ofertados durante as audiências, são buscados aqueles oferecidos depois das audiências, principalmente os que forem enviados pelas organizações da sociedade civil e dos órgãos técnicos municipais. Acrescentou que, após a análise, se o empreendimento for considerado ambientalmente viável, lhe é concedida a licença prévia, que não autoriza o início das obras, pois só certifica sua viabilidade ambiental. Esclareceu ainda que a concessão dessa licença se faz acompanhar de condicionantes e/ou exigências, cujo cumprimento é imprescindível para continuação do licenciamento. Atendidas essas exigências o processo ingressa na fase de instalação. De posse da licença de instalação, a execução da obra só pode ser iniciada e concluída se atendidas as condicionantes estabelecidas para a fase de operação. Portanto, o que pretendia esclarecer é que, se o empreendimento for considerado viável ambientalmente, após a análise de todas as etapas, ele pode ser plenamente executado. Passou-se à etapa em que se manifestam o representante do empreendedor e o da empresa de consultoria responsável pelos estudos. Casemiro Tércio Carvalho, Diretor do Departamento Hidroviário da Secretaria de Logística e Transportes, ofereceu, em primeiro lugar, argumentos que justificam a importância da implantação do projeto no contexto do desenvolvimento do país, e o geógrafo e economista José Roberto dos Santos, apresentou os estudos. Passou-se à etapa em que se manifestam representantes do Ministério Público. O Promotor Ivan Carneiro Castanheiro, contou que atua no Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente–GAEMA de Piracicaba. Em primeiro lugar, declarou ter o Ministério Público instaurado inquérito civil como uma maneira de acompanhar o processo, e que está colhendo subsídios com o propósito de dirimir as dúvidas, porque esse órgão ainda não possuía opinião formada a esse respeito. Após discorrer sobre o valor total da obra e do montante a ser destinado aos 31 programas de compensação ambiental previstos, lamentou que o detalhamento sobre a compensação somente será feito, ao que lhe pareceu, na fase de instalação do empreendimento e não no licenciamento prévio, momento no qual se estuda a viabilidade do empreendimento. Em razão do estudo de viabilidade do empreendimento não conter o detalhamento do seu custo e benefício, exigira que seja feito em complementação ao Estudo de Impacto Ambiental. Explicou que o exato conhecimento do grau da mitigação ou compensação a ser promovida, o Estado poderá melhor optar pela implantação de uma hidrovía ou ferrovia. Comentou sobre o prazo regimental, exíguo para a análise de um projeto tão extenso, por esse motivo, sugeriu ao CONSEMA e a Cetesb, que fosse realizadas mais audiências, de preferência concentradas em um





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

único município, em Piracicaba, por exemplo. Defendeu o fato de que a hidrovia não sobrevive sem a ferrovia, expôs o entendimento do Ministério Público de que esses empreendimentos devem ser submetidos a um licenciamento único, de forma que os impactos sejam estudados conjuntamente e para tanto solicitou a manifestação da CETESB e do CONSEMA. Levantou questões sobre três pontos que julgou importante, sendo eles: - primeiro, a eutrofização que já ocorre nos rios e também incidirá na represa devido o lançamento de esgotos sem tratamento nos rios, e pelo fato da universalização da rede de esgotos somente se dará em etapas, com término previsto somente em 2035, de acordo com o Plano de Bacias. Comentou ser esta situação incompatível com o turismo na região, devendo este também ser objeto das compensações; - segundo, se a área na curva do Samambaia, destinada à compensação do Tanquã terá a mesma dimensão e ecossistema da original; - terceiro, o grau dos impactos ambientais na Estação Ecológica de Barreiro Rico, ecossistema semelhante ao Pantanal Mato-grossense, quando os 2500 hectares de floresta, área de amortecimento, localizados no entorno dessa Estação for afetada pelo empreendimento. Mencionou que as várias pesquisas realizadas por Paulo Kajaiama, especialista da ESALQ, comprovam ser essa Estação um santuário ecológico, detentora de riquíssima diversidade biológica, com espécies raras, além de ser rota migratória de pássaros que vêm inclusive dos Estados Unidos. Outro impacto importante é o social com a realocação de pessoas que subsistem da pesca no local. Por causa de todas essas perdas questionou se a relação do custo e benefício dessa hidrovia de fato compensará as perdas sociais, ecológicas e de infraestrutura da sua implantação, os quais, parecem ser mais elevados do que se tem notícia. Afirmou que será muito alto o preço a ser pago para conferir a navegabilidade que o rio Piracicaba naturalmente não possui. Desta forma, apontou como alternativas aptas a evitar toda a destruição do Tanquã, a ampliação do terminal de Santa Maria da Serra e a mudança do início da ferrovia para Salto. Observou que o estudo com recomendações para a questão das enchentes não foi contemplado no EIA, mas em um documento à parte, remetido para o Ministério Público, em tempo muito exíguo para análise. Disse não ter ficado claro se os custos estimados dos 31 programas de recomposição vegetal das Áreas de Proteção Permanente – APP, já fazem parte das compensações ou serão tratadas a parte, como uma obrigação legal, conforme de fato deveriam. Solicitou o devido esclarecimento de todas estas questões porque se persistirem dúvidas, a inexecutabilidade do projeto somente será percebida na fase de instalação, levando ao abandono da obra, acarretando enorme ônus para o Estado, com ofensa aos princípios da economicidade, razoabilidade e proporcionalidade. Passou-se a manifestação da sociedade civil. Elen Roberta Ecler, representante da comunidade do Tanquã em Praia Branca, comunicou que as 46 famílias residentes há 40 anos na área, somente agora souberam da barragem e por isso não estão cadastrados em nenhum levantamento e poucos compareceram a audiência por estarem trabalhando. Solicitou esclarecimentos sobre o sistema de indenizações e convidou os envolvidos na análise dos estudos, visitarem os locais para instruir e tirar dúvidas da comunidade. Walter Politano, representante do CREA na região, discorreu sobre quão são estratégicos para as atividades de turismo das águas e agropecuária os municípios da Serra da Mantiqueira, sendo eles Piracicaba, Águas da Prata, Santa Maria e Brotas. Destacou ser o caso de São Pedro diferente em razão de sua localização topográfica ser próxima a cuesta, o que lhe confere menor disponibilidade hídrica, também observada em diversos outros municípios. Tal escassez, finalizou, acarretará, problemas sérios para o desenvolvimento local, motivo pelo qual o empreendimento que se pretende implantar é tão importante. Passou-se a manifestação dos cidadãos. Valdir Prati, externou que sua maior preocupação refere-se ao canal de Tanquã, em São Pedro. Disse que os proprietários de chácaras, incluindo um loteamento regular, ainda não considerado nos estudos não têm noção do quanto serão atingidos pela inundação, simplesmente por falta de informações. Isto causa uma enorme insegurança à população. Confessou não acreditar na dimensão dos benefícios relatados pelos empreendedores, mas sim que tal necessidade origina-se de pressão política para a utilização do





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

dinheiro do PAC. Contou ser a população descrente quanto à consecução dessa hidrovía, que vem sendo prometida desde a década de 30. No entanto, disse que vem alertando a comunidade de que a implantação da obra hoje se tornou factível em razão do dinheiro público do PAC. Aconselhou a população precaução e atenção às discussões que estão sendo feitas. Afirmou ser o investimento equivocado, em razão da hidrovía localizar-se há 45 quilômetros em relevo mais baixo que os municípios, além do fato de que o turismo será reduzido em pelo menos 50%, devido a perda do pantanal, região belíssima, detentora de elevada diversidade biológica. Lançou dúvidas quanto a efetividade de se proceder a captura e realocação dos animais existentes no pantanal e finalizou alertando sobre a enorme perda, caso o empreendimento seja implantado em Artemis porque, além do impacto ecológico, a região não dispõe de qualquer infraestrutura, necessitando de maior investimento. Por essas razões, apelou para que o projeto seja efetivado em Santa Maria da Serra, onde os custos financeiros e ambientais serão menores. Flávio Castelar discorreu sobre a importância das discussões desencadeadas durante as audiências porque proporcionam melhor entendimento do projeto, além de propiciar soluções para que a execução seja sustentável. Comentou que os cinco modais hidroviários esperados para região de Piracicaba são muito importantes para a cadeia produtiva da cana de açúcar, principalmente para a plataforma logística de exportação. Descreveu que a região de Piracicaba, São Pedro, Americana e Rio Claro são grandes produtoras de manufaturados, enquanto o agronegócio vigora no centro-oeste do Brasil. Por essa razão, explicou que todos os produtos poderão ser escoados por meio do modal hidro ferroviário atendendo a demanda atual de novas indústrias, inclusive da indústria automobilística. Revelou entender ser de suma importância encontrar um meio termo entre o desenvolvimento propiciado pela implantação da obra e seus possíveis impactos. Parabenizou o promotor Ivan Carneiro Castanheiro pela abertura de inquérito, o que possibilitará a manifestação da comunidade. Relembrou o quanto o projeto do Porto de São Sebastião foi aprimorado depois das discussões públicas. Defendeu que, a recuperação da mata ciliar deve ser realizada pelo empreendedor em contra partida da obra, no entanto, não conhece um país que tenha uma legislação ambiental tão restritiva quanto à brasileira. Comentou que, talvez, exceto pela Califórnia, não conhece nenhum outro país que obrigue o produtor rural a destinar 20% da sua área à reserva legal. Comentou sentir-se triste por ver que no Brasil os modais ferroviário e hidroviário, apesar de muito mais sustentáveis, pouco se desenvolveram, se comparados aos outros países. Expôs não acreditar que o Estado tenha proposto um projeto inviável, e se existe dinheiro do PAC, defendeu que o mesmo deve ser utilizado. Reforçou sua opinião de que não se deve barrar o desenvolvimento mas sim torná-lo sustentável, da mesma forma como a indústria da cana de açúcar tem feito hoje no Brasil, proporcionando a substituição do combustível fóssil pelo renovável. Concluiu que o Brasil ao ampliar seu modal hidroviário demonstra estar preocupado em viabilizar alternativas logísticas mais baratas, tornando-se internacionalmente mais competitivo. José Edvaldo Tietes, representante do Sindareia de Jacareí, após elogiar o trabalho que vem sendo realizado pelo Promotor Ivan Carneiro Castanheiro, do GAEMA de Piracicaba, defendeu que o desenvolvimento deve ser atingido de forma sustentável. Questionou como será o processo de realocação e indenizações das várias jazidas de areia e da compensação da mata ciliar localizado à montante da barragem, pertencente ao Grupo Tietes. Solicitou esclarecimentos sobre de que forma serão conduzidas as concessões, incluindo os novos pedidos e as portarias de lavras, em todas as áreas atingidas, até a foz do Corumbataí. Declarou ser o Sindareia favorável ao empreendimento, desde que tudo seja feito a luz da legislação e respeitada a população ribeirinha. Pedro Vitoria Júnior relatou que trabalhava na Secretaria de Logística e Transportes mas que falaria como cidadão de Piracicaba. Sendo Piracicabano, declarou que nunca trabalharia para um projeto que fosse ruim para a cidade. Como conhecedor do rio Piracicaba, contrariamente ao que foi dito, afirmou ser o rio navegável da foz, até Paulínia. Contou que alguns dos colegas do Ministério dos Transportes não concordam com o fato de Santa Maria da Serra estar sendo projetado há quatro metros do projeto original. No





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

entanto, não vê motivo para que isso não ocorra, tendo em vista que os impactos ambientais serão menores. Relatou ser o trecho do rio Piracicaba um dos mais rentáveis da malha hidroviária brasileira porque possui potencial de atração de cargas superior a 20 milhões de toneladas, segundo consta do recente Plano Nacional de Integração Hidroviária da Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído – Antac, disponível na página do órgão. Esclareceu que a escolha de Artemis para terminal, ao invés de Santa Maria da Serra, deu-se pela adoção do conceito moderno de plataforma logística que envolve ferrovia e rodovia, propiciando a integração dos terminais de produção. Relatou serem os acessos rodoviários de Santa Maria ruins, além de ainda não contarem com a dutovia. Lembrou que relatórios do IPT, da década de 70, já avaliavam tecnicamente a possibilidade dessa integração. Corrigiu a informação de que a ferrovia seria estendida em 45 quilômetros quando, na verdade, a proposta é de se ampliar a intermodalidade, com término hoje em Pedreiras, para 180 quilômetros, até Artemis. Defendeu a proposta do Estado de equilibrar a matriz de transporte, hoje essencialmente rodoviária. Passou-se a manifestação dos representantes do Poder Legislativo. Adriano Vitor, vereador da cidade de São Pedro, definiu o “grandioso projeto de construção da barragem de Santa Maria da Serra” como sinônimo de um salto de desenvolvimento social e econômico para região representando uma forma rápida, ecológica e barata para escoar a produção industrial, atrativa para os investidores. Além disso, será um polo turístico integrado a outras regiões do País. Finalizou alertando que discursos inflamados poderão levar ao retrocesso e empobrecimento da região, e por essa razão reforçou seu apoio a construção da barragem, solidarizando-se com o Prefeito de São Pedro e os demais envolvidos no projeto. Passou-se a manifestação dos representantes do Poder Executivo. Clarissa Chiararia, Secretária da Cultura e Turismo de São Pedro destacou a importância da audiência para o esclarecimento dos moradores de São Pedro, momento que deve ser ao máximo aproveitado. Afirmou ser o projeto benéfico ao turismo local, se for planejado com foco na sustentabilidade. Sendo mais um atrativo turístico, reterá de forma o visitante mais tempo na estância, contribuindo para o aumento de divisas e de postos de emprego. Hélio Donizete Zanatta, Prefeito Municipal de São Pedro, relembrou terem ocorrido quatro pré-audiências para propiciar o esclarecimento da população, sendo elas em Tanquã, outra na Associação Comercial, uma no Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social e, por fim, a última com todas as secretarias e órgãos públicos do município. Declarou-se preocupado com os impactos no Rio Piracicaba e para população de Tanquã visto que São Pedro detém 90% da área do reservatório estando, praticamente, todo nele inserido. Considerou como relevante a preocupação das pessoas que hoje se manifestaram, mas também como de suma importância a possibilidade de uso múltiplo da barragem como propulsora de desenvolvimento não somente de São Pedro, mas também Santa Maria, Piracicaba e toda a região de Campinas. Solicitou para que fosse incluído nos estudos, obras para melhoria das rodovias estaduais como, por exemplo, a duplicação do anel de entorno de São Pedro, uma vez tratar-se de um projeto multimodal, já apontado como prioritário pelo Governador do Estado. Reconheceu a existência de impactos negativos e a necessidade de propostas para mitigá-los, conquistando desta forma a parceria de São Pedro. Passou-se a última parte da audiência. Casemiro Tércio Carvalho, Diretor do Departamento Hidroviário, da Secretaria de Logística e Transportes explicou ser o licenciamento ambiental um processo dinâmico que sofre alterações após ser protocolado na CETESB. Utilizou como exemplo o levantamento das famílias ocorrido em Tanquã. Relatou que para a identificação das famílias residentes foram realizadas pesquisas em campo, conduzidas pelos consultores do projeto. Nesse estudo foram identificados quais eram os residentes permanentes e veranistas. É possível que uma família ou outra não tenha sido catalogada nesse estudo preliminar, mas durante o licenciamento prévio e de instalação o cadastramento das matrículas do terreno de cada cidadão deverá, obrigatoriamente, ser feito e, conseqüentemente, essa identificação também envolverá indenizações, a localização das APPs e todo o detalhamento necessário. Expôs a complexidade de se proceder a esse cadastramento, não somente





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

pelo seu custo elevado, mas também da ausência de registros de muitos terrenos na Comarca de Imóveis, fato este amplamente conhecido pelo Ministério Público. Para exaurir qualquer dúvida técnica existente, comprometeu-se junto ao Ministério Público, a coordenar diversas reuniões técnicas temáticas no Comitê de Bacias do PCJ, durante o mês de janeiro, e também apresentar dados de comparação dos projetos ferroviário e o hidroviário, como forma de descartar qualquer favorecimento de um desses modais. Ao se proceder a comparação dos investimentos da barragem Santa Maria da Serra ao da ferrovia, considerou como salutar subtrair-se os custos da geração, de investimento da casa de força e de transmissão porque, se o intuito é comparar um modal com outro, não se pode alocar o custo da geração de energia. Afirmou que esta contabilidade será realizada com detalhamento e será apresentada ao Comitê de Bacias de forma didática. Relatou também que a contabilidade deve considerar o cenário com e sem barragem. Quanto a recuperação da mata ciliar de todas as margens do rio, duvidou que todos os proprietários assinem termos de compromisso com o Ministério Público, para executar toda a recuperação, até o término da obra, ou seja tão rápido como se propõe no projeto. Reconheceu que haverá impacto ambiental no Tanquã, mas o que a compensação será procedida recuperando-se a bacia, na Estação Ecológica do Barreiro Rico, seguindo as diretrizes da lei do SNUC. Portanto, ao contrário do que foi dito, a estação ecológica não será submersa, porque ela está a jusante da área de inundação. O que se pretende, elucidou, é conectá-la ao resto do corpo d'água, garantindo-se uma integração entre o ambientes terrestre e aquático. Ilustrou tal fato com o que ocorreu no Parque Estadual da Restinga de Bertiooga onde se utilizou esse mesmo princípio para criar conectividade entre o Parque Estadual da Serra do Mar, o Parque Estadual da Restinga de Bertiooga e o ambiente marinho. Disse que os estudos de biodiversidade da Estação Ecológica de Barreiro Rico evidenciam muito mais espécies do que as encontradas nos levantamentos realizados, porque os pontos de amostragem concentraram-se na área de impacto do reservatório. Explicou que esse processo de conectividade será objeto de monitoramento ambiental a exemplo do que é feito no Porto de São Sebastião. Afirmou que antes mesmo da obtenção da Licença de Instalação terá início a recuperação da vegetação das APPs como forma de combater a eutrofização do reservatório. Previu o crescimento dos viveiros de mudas na região, por meio de programas de desenvolvimento rural sustentável das prefeituras, junto a CAT, Casa do Agricultor e da Secretaria do Meio Ambiente, utilizando técnicas mais baratas e viáveis. Explicou que o plantio inicial será feito com a utilização de eucaliptos, os quais serão gradualmente substituídos por plantas nativas, que precisam de sombra para se desenvolver, conforme técnica proposta pela ESALQ. Passou a detalhar os trabalhos de supressão de vegetação na área de APP, a ser inundada, com o objetivo de se reduzir o impacto de eutrofização do reservatório. Destacou como importante o comportamento que será observado após o preenchimento do reservatório tal como a ictiofauna, que no primeiro momento, haverá um crescimento demográfico, seguida de uma fase de adaptação. Ao se referir à biota do Tanquã, afirmou que todas as ações socioambientais serão providenciadas pelo Departamento Hidroviário, da Secretaria de Transportes desse Governo levando em conta a corrente ambientalista que inclui o homem no meio ambiente. Explicou existirem três correntes ambientalistas que excluem o homem do meio ambiente e para seus seguidores é que voltem “para o mundo das cavernas”. Lembrou haver hoje seis bilhões de habitantes no planeta, levando a uma crescente demanda por commodities agrícolas. Neste campo discorreu sobre a importância do mercado Chinês para a o Brasil, sem a qual não teria economia brasileira. Retomando a questão biótica do Tanquã, disse que algumas espécies exóticas e nativas da região tenderão a crescer umas mais que outras. Passou a explicar os dois programas de monitoramento previstos no EIA/RIMA. Um deles subsidiará a decisão sobre a necessidade ou não de se proceder o repovoamento, ou se será necessário, por exemplo, apenas tanques redes para procriação de peixes e confinamento de certas espécies para sua exploração comercial. Disse terem sido identificados 207 pescadores no trecho do Tanquã e que essas pessoas irão definir junto com a equipe empreendedora





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

o programa de incentivo e de monitoramento da pesca artesanal. Casemiro Tércio Carvalho expôs as condições favoráveis ao jacaré do papo amarelo e a adaptação da avifauna aos espaços existentes e que serão criados a partir da compensação ambiental para assegurar a conectividade dos corredores ecológicos da Estação Ecológica Barreiro Rico, conforme havia explicado. Contou que foram identificadas 59 famílias residentes na região do Tanquã as quais serão objeto de indenizações. Explicou as indenizações de lucro cessante serão procedidas para os produtores de cana da região. Explicou o trabalho minucioso de levantamento fundiário que deverá ser realizado entre as Licenças Prévia e de Instalação. Também citou como socialmente vantajosa obrigatoriedade do empreendedor de contratar mão de obra local, para elevar o nível de empregabilidade. Lembrou que algumas Prefeituras possuem postos de atendimento ao trabalhador para recepcionar os currículos das pessoas que desejam trabalhar nas obras. Versou sobre a experiência adquirida a partir do projeto de licenciamento do acesso rodoviário do Porto de São Sebastião. Passou a explicar que o licenciamento ora discutido, poderão se dar de formas independentes uma das outras, porque o Aproveitamento Múltiplo de Santa Maria da Serra tem diferentes fases, a de geração, do transporte de cargas, à geração de turismo e atividades econômicas na região. Revelou que a barragem de Santa Maria da Serra pode acontecer independentemente de Artemis de forma a favorecer que diferentes empresários possam concorrer às diversas licitações que se farão necessárias. Passou a explicar com se classifica o potencial de navegação de um rio. Disse que esse potencial depende do tipo de embarcação a ser pretendida. Citou o exemplo da diversidade de embarcações que são utilizadas para navegar no rio Piracicaba se comparado ao comboio tipo Tietê. Explicou que Artemis fará conexão com o Ferroanel Norte e que Conchas e Salto farão conexão com o Ferroanel Sul ou seja são duas vias diferentes de conexão ao Porto de Santos. Refutou que essas descidas tem a capacidade de escoar toda a produção oeste do País e afirmou existir um potencial de escoamento de mais de vinte milhões de toneladas por hidrovias, represado. Voltou a ressaltar que na próxima audiência iria incluir na apresentação a categorização dos custos do projeto. Finalizou garantindo que todos os afetados serão indenizações à luz da legislação. Ao ser questionado de como ficariam as propriedades que estão fora da área de alagamento, porém nos 100 metros de APP Casemiro Tércio Carvalho, lembrou que toda a comunidade da margem direita do Tanquã encontra-se nessa situação. Explicou que, segundo seu entendimento, em razão dessa comunidade ter se instalado, antes do Código Florestal, ela está livre de ser demolida. Reforçou haver também a favor do projeto, o princípio da razoabilidade, que pode ser utilizado a seu favor para que se use o bom senso em situações como estas. Existem áreas ao longo do reservatório onde as restrições são maiores para se proceder a desafetação e em outras se permite um nível maior de intervenção, conforme previsto em lei. Explicou que critério semelhante será seguido em relação às atividades de mineração o mesmo comportamento das residências. Ponderou que existirão lavras que poderão continuar onde estão, mesmo com a elevação do nível do reservatório, porque são lavras de dragagem. Ressaltou, no entanto, a constatação, de que algumas lavras terão que ser realocadas e que o programa existente já prevê uma conversa com o DNPM para identificar outros pontos de lavras para garantir a continuidade da atividade, principalmente porque nós seremos um grande consumidor deste produto. Se por outro lado, houver a cessação da atividade de lavra, sem que se possa mudar para uma nova área, neste caso outra solução será dada aos produtores. Fernanda Amaral Dantas Sobral, gerente de Divisão de Avaliação de Obras Hidráulicas e Lineares da CETESB, esclareceu Ivan Carneiro Castanheiro que o detalhamento dos programas ambientais e de licenciamento integrados ainda serão solicitados pela CETESB, sendo a audiência um dos momentos importantes para se obter dados fundamentais que subsidiará a análise da viabilidade ambiental do empreendimento. No que se refere a possibilidade de se atrelar o licenciamento da hidrovias à viabilidade da ferrovia, para que se possa garantir a interligação desses modais, não se recorda se a CETESB já exigiu algo semelhante, mas tratando-se de condicionantes acredita que isso possa ser feito no âmbito do licenciamento.





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Depois de declarar que todas as etapas da audiência haviam sido cumpridas e de agradecer, em nome do Secretário de Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Federal Bruno Covas a participação de todos, o Secretário-Executivo Germano Seara Filho informou que todo e qualquer interessado em contribuir para o aprimoramento do projeto poderá enviar sua sugestão ou proposta através de *email* ou correspondência a ser encaminhada diretamente para o Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental da CETESB. E, como nada foi tratado, deram-se por encerrados os trabalhos dessa audiência pública. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria-Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.